

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 033ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE SETEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Tureck.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Élio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Tiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2870

Senhor Presidente:

O senhor deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 10.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados:

Sobre a mesa, requerimento nº 2870, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/2001. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que objetiva autorizar o Estado do Paraná a conceder auxílio às famílias carentes, instituindo programa criança na escola e dá outras providências. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 188/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 071/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 057/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa Criança na Escola, estabelecendo auxílio a famílias carentes para que mantenham seus filhos na Escola, através de convênios com municípios, Copel e Sanepar, mediante pagamento de tarifas sociais no consumo de energia elétrica e água.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência deve-se ao fato de a medida ter sido considerada desprovida de condições de perfeita exequibilidade, não só pela ausência de estimativa de custos, como também pela completa falta de sintonia com a já existente tarifa social que, no caso da Copel, concede descontos a consumido-

res que preencham os requisitos enumerados por aquela Companhia em seu anexo pronunciamento.

No que diz respeito à Sanepar, a situação *in-casu* é bastante assemelhada à da energia elétrica, conforme se depreende o seu anexo Ofício nº 486/2001, de 18.06.2001, cujo texto, juntamente com o da manifestação da Copel, adoto como as razões fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Companhia Paranaense de Energia - Copel
SDDA-C/0658/2001/PRE
Curitiba, 12 junho de 2001.

Exmo. Sr.

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

Palácio Iguaçu - 4º andar - Centro Cívico

Fax: (41) 350-2405

80530-909 Curitiba - PR

PROJETO DE LEI Nº 057/99
MANIFESTAÇÃO DA COPEL

Mediante despacho de 05.06.2001, V. Exa. nos encaminha, para pronunciamento a respeito, cópia do Projeto de Lei nº 057/99, o qual autoriza o Governo do Estado, através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, a isentar das taxas de água e luz as famílias carentes que mantenham na escola seus filhos e outras crianças sob sua guarda ou proteção, instituindo o programa "Criança na Escola".

A propósito, em nosso âmbito de atuação - e reiterando a posição da Copel sobre aquele projeto de lei já manifestada por meio de nossa carta SDDA-C/0543/2000, de 24.04.2000, dirigida ao deputado Valdir Rossoni - registramos que, não obstante o projeto em apreço não conter em princípio dispositivos expressamente contrários à legislação em vigor, algumas ponderações se fazem necessárias, nos termos que se seguem:

1 - A legislação específica do setor elétrico veda expressamente qualquer discriminação entre consumidores de uma mesma classe, incluindo a concessão de quaisquer benefícios não expressamente estabelecidos em lei.

2 - Além disso, como sociedade anônima de capital aberto e empresa de economia mista, não pode a Copel, sem infringir a lei, praticar atos de liberalidade na gestão dos recursos sob sua responsabilidade, como seria o fornecimento gratuito de energia elétrica.

3 - Nesse contexto, as condições gerais de fornecimento de energia elétrica são regulamentadas pelo Governo Federal, através da Resolução nº 456/2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, a qual não prevê nenhum tipo de isenção.

4 - Por outro lado, os custos envolvidos no programa em questão, sobre os quais não temos estimativas, deverão ser de considerável vulto. O governo estadual, em caráter social, já assume atualmente os gastos de todas as faturas de energia elétrica com consumo até 30kWh, isentando os consumidores nessa situação do pagamento correspondente.

5 - Acresce, ainda, tomamos a liberdade de considerar, a condição dos municípios do Estado, os quais arcariam com parte significativa do ônus do programa. Como é de amplo conhecimento, as finanças na esfera municipal, com raras exceções encontram-se em situação crítica de comprometimento.

6 - Além disso, seguindo diretrizes para ações sociais do governo estadual, e mediante interpretação mais abrangente da legislação, a Copel, em consonância com a Portaria nº 190/96, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, já concede descontos a consumidores que atendam aos seguintes requisitos:

- a) apresentem consumo médio de até 160 kwh, durante os últimos 12 meses;
- b) possuam renda familiar de até três salários mínimos ou 0,8 salário mínimo por morador;
- c) morem em residência de até 50m2 ou com padrão de construção de baixa renda;
- d) tenham ligação monofásica;
- e) possuam apenas uma conta de luz em seu nome;
- e
- f) não possuam débito vencido perante a Copel.

A título de ilustração, assinalamos, por oportuno, que o impacto mensal, somente com a tarifa social cujos requisitos estão mencionados acima, atualmente beneficiando 138.774 unidades consumidoras no Estado, é da ordem de R\$1.900.000,00.

Diante de todo o exposto, conquanto reconheçamos o relevante sentido social do projeto proposto, e a menos que sejam atendidos os requisitos ora expostos, não temos infelizmente o devido respaldo para apoiar proposta de legislação que disponha sobre o assunto em questão.

Permanecendo à disposição de V. Exa. para outros esclarecimentos eventualmente julgados necessários, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

(a) INGO HENRIQUE HÜBERT

Diretor-Presidente

SANEPAR

DP 486/2001

Curitiba, 18 de junho de 2001.

Exmo. Sr.
JOSÉ CID CAMPELO FILHO
Secretaria de Estado do Governo

Senhor Secretário:
Projeto de Lei nº 057/99

Recebemos o pedido datado de 05.06.2001, através do qual V. Exa. solicita pronunciamento sobre o Projeto de Lei nº 057/99, de iniciativa da Assembléia Legislativa e por ela aprovado, instituindo o programa Criança na Escola, tendo por finalidade estabelecer auxílio às famílias carentes para que mantenham, seus filhos e outras crianças sob sua guarda ou proteção, na escola, com o pagamento da tarifa social, sendo assumido metade pelo Estado e metade pelo município, na forma que o convênio venha a estabelecer. Outrossim as despesas decorrentes do aludido convênio, correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Sobre o aludido projeto de lei, caso essa Secretaria julgue conveniente sua aprovação, teríamos a apresentar as seguintes observações:

a) os artigos 2º e 3º do referido projeto de lei estabelecem os critérios para a obtenção do benefício, dentre os quais destacamos: 1) residência de até 60m²; 2) consumo de água não superior a 10m³ mensais; 3) renda familiar não superior a 3 (três) salários mínimos mensais. A exceção da renda familiar os demais critérios são os mesmos já adotados pela Sanepar para a concessão da tarifa social às famílias de baixa renda.

b) visando adequar o requisito “renda familiar” proposto no presente projeto de lei, com o requisito da tarifa social já adotado pela Sanepar, opinamos pela alteração do requisito renda bruta familiar, proposta na alínea “c” do artigo 2º do aludido projeto de lei, reduzindo-o de 3 (três) para 2 (dois) salários mínimos mensais.

c) concluindo, caso o presente projeto de lei seja transformado em lei, as despesas decorrentes de sua aplicação deverão ser custeadas pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, visto que as tarifas dos serviços de água/esgoto que recebe são a única fonte de receita da Sanepar, sendo-lhe vedada a prestação de tais serviços com abatimento ou gratuitamente (Art. 50 do Decreto nº 3926/88). O convênio a ser firmado pelos órgãos e entidades interessadas deverá disciplinar a forma e data de repasse mensal do numerário destinado ao pagamento das tarifas dos serviços de fornecimento de água e de esgotamento sanitário prestados às famílias cadastradas no programa Criança na Escola.

Colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, renovamos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) CARLOS AFONSO TEIXEIRA DE FREITAS
Diretor-Presidente

(O Projeto de Lei nº 057/99 foi publicado em Redação Final, no DA nº 044/2001, de 24/04/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 55/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata de veto apostado ao Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que objetiva autorizar o Estado do Paraná a conceder auxílio às famílias carentes, instituindo o Programa “Criança na Escola”, e dá outras providências.

O governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei por julgá-lo desprovido de condições de perfeita exequibilidade, não só pela ausência de estimativa de custos, como também pelo fato de já existir a tarifa social, que no caso de Copel e Sanepar já concedem descontos a consumidores que preenchem os requisitos elencados pelas mesmas.

Dada a justificativa constitucional e o respeito aos prazos estipulados para o veto, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que objetiva oficializar como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada “pilcha gaúcha”. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

Ofício/CTL/SEEG nº 270/2001

Curitiba, 19 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 149/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 115/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre oficialização “como um dos trajes de honra no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada Pilcha Gaúcha”.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, em análise procedida, a medida foi considerada inadequada e desprovida de sintonia com o interesse público, pois a “pilcha gaúcha”, aqui no Paraná, não é tão natural quanto no Rio Grande do Sul. Também porque, sendo a região paranaense formada por uma rica

variedade de etnias, originárias de vários pontos do País e do exterior, a pretendida lei dificilmente teria condições de exeqüibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 115/2001 foi publicado em Redação Final no DA nº 098/2001, de 28/06/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 65/2001
APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 115/2001

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada “Pilcha Gaúcha”.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao senhor governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, e no prazo constitucional comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, que institui o selo de autenticidade de atos, regulamenta o especificado no artigo 8º da Lei Federal nº 10.169/2000. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERADO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 261/2001

Curitiba, 18 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 186/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 194/2001, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen,

tendo o veto parcial aposto incidido sobre os incisos VI e VII, do artigo 3º.

A negativa de sanção ao inciso VI, acima referido é devida à demasiada generalidade e ilimitada abertura do dispositivo, ao estabelecer que a contribuição mensal recolhida pelas serventias do foro extrajudicial, uma das fontes de receita do Fundo poderá ser definida pela expressa alternativa “do que dispuser o Conselho”.

O também acima referido inciso VII, deixou de ser acolhido porque, prevendo auxílio financeiro do Estado com recursos originários do erário estadual, também como receita do Funarpen, torna o dispositivo inconstitucional, eis que resulta em ônus público não previsto na “Lei de Meios” e, ainda, porque fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 69/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo veta parcialmente o Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, que institui o selo de autenticidade de atos, regulamenta o especificado no artigo 8º da Lei Federal nº 10.169/2000.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 076/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 162/200, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do Ensino Religioso na rede pública de ensino. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERADO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 282/2001

Curitiba, 01 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 193/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, o Projeto de Lei nº 162/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a “implementar no currículo da rede pública e ensino a disciplina Ensino Religioso, preservando o caráter interconfessional, a liberdade de culto e vedando o proselitismo.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência é devida ao fato de a matéria, pela forma como está posta, ter sido considerada contrária aos superiores interesses do ensino, posicionamento este que a Secretaria de Estado da Educação expressa através do Ofício nº 2009/2000, de 25 de setembro de 2000 (anexo por cópia), encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça dessa augusta Casa, cujos termos ratifico, fazendo deles as razões fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

OFÍCIO GS/SEED Nº 2009/2000

Curitiba, 25 de setembro de 2000.

Referência: Ofício nº 065/2000 - CCJ

Senhor Deputado:

Com referência ao ofício em epígrafe, que trata do Projeto de Lei nº 0162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do Ensino Religioso na rede pública do Ensino, cabe-nos apresentar as informações a seguir:

Sob o aspecto legal, o ensino religioso é previsto nas seguintes disposições:

a) Constituição Federal

“Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais:

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplinas dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.”

b) Constituição Estadual

“Art. 178 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....

IV - pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e religiosas, e coexistência de instituições privadas de ensino;”

c) Lei nº 9.394, de 20/12/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Art. 33 (alterado pela Lei nº 9.475 de 22/07/93 - fls. 78/LDB).

“Art. 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso”.

No Parecer nº 111/99, do Conselho Estadual de Educação, em brilhante trabalho, os Conselheiros Naura Nanci Muniz Santos e Teófilo Bacha Filho, funcionando como relatores da análise da proposta oferecida pelos participantes da V Sessão do Fórum Nacional Permanente Religioso, realizado em Curitiba, nos dias 10 e 12 de junho de 1998, assim se pronunciaram:

I - O Ensino Religioso no Estado do Paraná.

No Estado do Paraná, o ER vem sendo assumido como disciplina escolar desde 1972, a partir da Lei nº 5.692/71. O CEE aprovou a implantação do sistema radiofônico de aulas de ER, pelo Parecer nº 135/72.

Em 1973, é firmado convênio entre a SEED E A ASSINTEC para a implantação do ER nas escolas estaduais de Curitiba. A Resolução SEED nº 4.545/85 designa a entidade como intermediária entre a SEED e os Núcleos Regionais de Educação, para o que se refira ao ER, instituindo, como decorrência, o Serviço de Ensino Religioso em cada um dos NRE, ao mesmo tempo em que os professores, credenciados pelas igrejas, foram liberados para a coordenação dos trabalhos em nível municipal.

Atualmente, está em vigor a Resolução SEED nº 6.856/93, que, além de reiterar o estabelecido anteriormente, organiza a oferta do ER nas escolas.

A ASSINTEC é resultado do movimento ecumênico e propõe-se a implantar um ER interconfessional, sem privilegiar qualquer igreja. Em 1998, passou por ampla reformulação, passando a contar com novas participações: Igrejas Católica Romana, Episcopal Anglicana, Presbiteriana do Brasil, Menonita, Luterana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Metodista e Reformada; Fé Baha'i e Federação de Cultos Afro-Brasileiros no Paraná.”

“Reunidos no XII Simpósio Paranaense sobre Ensino Religioso (Curitiba, 14 a 16 de dezembro de 1998), professores e coordenadores de ER pedem que o Conselho Estadual de Educação estabeleça normas, de maneira a:

a) assegurar tratamento igualitário às demais áreas de conhecimento, tanto para o Ensino Religioso quanto para os profissionais nele atuantes;

b) normatizar os procedimentos para a habilitação e admissão dos professores;

c) assegurar o direito de atualização contínua e permanente, além de cursos para professores não-habilitados;

d) assegurar a inserção do ER nas 800 horas de atividades letivas preconizadas pela LDB e nos horários normais de aula (cf. Carta encaminhada ao Conselheiro Pe. Domenico Costella, anexada ao presente Processo)."

"Manifestações do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.

Foram encaminhados diversos documentos, dos quais reiteramos algumas afirmações de interesse para o presente processo.

I - O Fórum Nacional elaborou:

a) os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ER;

b) as Diretrizes para a capacitação docente;

c) cursos para a capacitação docente.

II - Carta de princípios (Florianópolis), dos quais se destaca:

"1) garantia de que a Escola, seja qual for sua natureza, ofereça o ER ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando a diversidade de pensamento e opção religiosa e cultural do educando.

2) definição junto ao Estado, do conteúdo programático do ER, integrante e integrado às propostas pedagógicas;

3) contribuição para que o ER expresse uma vivência ética pautada pela dignidade humana;

4) exigência de investimento real na qualificação e capacitação de profissionais do ER, preservando e ampliando as conquistas de todo magistério, bem como garantindo-lhes condições de trabalho e aperfeiçoamento necessários."

III - No Mérito

De acordo com o Parecer CEB/CNE nº 04/98, o Ensino Religioso não se destina ao proselitismo ou ao aprofundamento das crenças religiosas dos alunos, mas deve constituir-se em área de conhecimento, articulada com a vida cidadã e norteada pelos princípios:

a) éticos da Autonomia, Responsabilidade, Solidariedade e Respeito ao Bem-Comum;

b) políticos dos Direitos e Deveres da Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrático;

c) estéticos da Sensibilidade, da Criatividade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

A oferta do Ensino Religioso deve não apenas assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa (artigo 33 da Lei nº 9.394/96, com relação dada pela Lei nº 9.475/97), mas assegurar a inviabilidade de consciência e de crença (Constituição Federal, art. 5º, VI) e erradicar quaisquer formas de discriminação (CF. artigo 3º, IV).

É insuficiente a afirmação de que as finalidades do Ensino Religioso são "o diálogo e a reverência a Deus, que é um só mas expresso de diversas maneiras", pois os

princípios acima implicam o respeito às crenças dos não-crentes, ateus e agnósticos. Desta forma, é preciso que a fundamentação epistemológica do Ensino Religioso, como área de conhecimento, esteja relacionada com a sua contribuição para a tarefa educativa como um todo, com objetivos de promover o confronto com diversos modelos de crença, a educação para valores de base e a busca de sentido. Trata-se de abrir espaço para uma nova ordem de saberes e de valores educativos, que hoje se tornaram fundamentais nos projetos educativos."

"No entanto, para o caso proposto, cabe a este Colegiado apontar alguns indicativos básicos, sendo ainda precoce que a matéria seja normatizada mais cabalmente através de uma deliberação.

Tais indicativos são:

1º - as escolas públicas, em cumprimento à legislação em vigor, deverão contemplar o Ensino Religioso como uma área de conhecimento em articulação com os vários aspectos da vida cidadã;

2º - a oferta do Ensino Religioso deve respeitar a liberdade de opção e escolha dos alunos;

3º - a oferta do Ensino Religioso deve ocorrer dentro do horário normal das aulas, mas as horas a ele dedicadas não podem ser computadas no total das 800 horas da carga horária anual mínima;

4º - é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação a garantia dos docentes habilitados por atender à oferta de Ensino Religioso determinada pela legislação, ouvida a sociedade civil;

5º - a definição dos conteúdos do Ensino Religioso, obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais, assim como a definição das normas para a habilitação e admissão dos professores, será feita em consonância, no caso do Estado do Paraná, com as organizações da sociedade civil;

6º - discussões deverão ser promovidas entre as organizações da sociedade civil, a Secretaria de Estado da Educação e este Conselho Estadual de Educação para um melhor e mais aprofundado exame das condições sob as quais deve ocorrer o Ensino Religioso nas escolas públicas, incluídas as opções que deverão ser abertas para a formação de profissionais habilitados nessa área de conhecimento."

Além do retro exposto, através da Resolução nº 1344/2000, constituímos uma comissão, com representantes da SEED, do CEE, ASSINTEC - Associação Interconfessional de Educação de Curitiba e do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, com a finalidade de proceder a análise diagnóstica da situação do ensino religioso na rede estadual de ensino e elaborar propostas alternativas para o ensino religioso nas escolas públicas do Paraná, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Lei nº 9.475/97.

Como se pode observar, é preocupação desta Pasta implementar, de forma definitiva, o Ensino Religioso nos estabelecimentos estaduais.

Por outro lado, ainda sob o aspecto legal, mas quanto à competência da Secretaria da Educação, cabe destacar os dispositivos a seguir transcritos:

I - Constituição do Paraná

“Art. 90 -...

Parágrafo Único - Compete ao Secretário de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração estadual, na área de suas atribuições, e referendar os atos e decretos assinados pelo Governador; e

...

IV - praticar atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Governador do Estado”.

II - Lei 8485/87

“Art. 30 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Educação compreende: a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação; o controle e a fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares;”

III - Decreto 1.102, de 09.08.87:

“Art. 2º - No cumprimento de suas finalidades, caberá à Secretaria de Estado da Educação:

I - a adoção de medidas que visem à oferta e ao desenvolvimento da educação básica completa para toda a população estadual;

...

XIV - a integração das iniciativas da área de educação com os demais setores do Governo e sociedade civil.”

Após esta exposição, manifestamo-nos contrariamente à proposta do nobre deputado, já que estaria se criando uma nova lei sobre o mesmo assunto.

Atenciosamente.

(a) ALCYONE SALIBA

Secretária de Estado da Educação

(O Projeto de Lei nº 162/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 090/2001, de 25.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 76/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata de veto aposto ao Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que objetiva autorizar a implementação do Ensino Religioso na rede Pública de Ensino.

O Governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos em anexo.

Dada a justificativa constitucional e o respeito aos prazos estipulados para o veto, a presente proposição

encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, para encaminhar a votação.

(Assentimento)

Senhor presidente, iremos apreciar na Sessão de hoje, cinco vetos. Um veto ao projeto de lei da palavra do eminente deputado Irineu Colombo, que objetiva autorizar o Estado do Paraná a conceder auxílio às famílias carentes, instituindo o programa Criança na Escola e dá outras providências. Um projeto de grande alcance social e sério.

Por isso, senhor presidente, não temos idéia dos motivos que levaram o governador Jaime Lerner a vetar um projeto como esse. Acho que a Assembléia Legislativa não pode se calar e tem que votar não e derrubar esse veto.

Um outro projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, que objetiva oficializar, como um dos trajes de honra, a pilcha gaúcha.

Senhor presidente, é preciso entender o que é cultura gaúcha. A cultura gaúcha não precisa necessariamente ter nascido no Rio Grande do Sul, para ser gaúcho. Gaúcho é aquele que gosta da tradição, dos animais, da vida campesina. Não é necessariamente aquele que nasceu no Rio Grande. O deputado Valdir Rossoni tem um filho que é um gaúcho, porque cultiva a tradição, participa dos rodeios, laçando, fazendo amizade. Encontrei-o por diversos rodeios, com paixão, carinho praticando a tradição gaúcha. Gaúcho é aquele que nasce no Paraná, no Rio Grande, no Amazonas, no Mato Grosso. No Uruguai tem os gaúchos, deputado Augustinho Zucchi. Os gaúchos são aqueles que nascem com a vida no campo.

Portanto, o governador Jaime Lerner tem que entender que quem nasce no Rio Grande do Sul é rio-grandense. Deveria ser!

O Rio Grande adotou esse apelido para quem nasce lá como gaúcho, porque lá no Rio Grande se desenvolveu com muita força o gauchismo, a vida campesina na Região das Missões.

Então, senhor presidente, é preciso entender que gaúcho não é aquele que nasce no Rio Grande como diz o governador Jaime Lerner, quando justifica aqui o veto ao projeto de lei do deputado Cesar Seleme de que gaúcho, por ser do Rio Grande do Sul, não deve ter aqui como uma premissa no Estado do Paraná.

Desconhece o governador que gaúcho é um negócio muito mais amplo, mais forte. Aí diz o governador que mandou um projeto de lei para esta Casa, para beneficiar todas as etnias.

Ora, senhor presidente, não existe nenhuma cultura no Paraná, que tenha o modelo de investimento

igual à cultura gaúcha. É a única, que tem um traje próprio, a bombacha, o lenço, a guaiaca, a bota. A única cultura no Paraná que tem a vestimenta própria é a cultura gaúcha.

Não existe outra cultura no Paraná, que tenha um jeito próprio de se vestir, de se tratar, a não ser a cultura gaúcha.

Por isso, mandar um projeto de lei aqui, para beneficiar outras culturas, outras etnias, não é corresponder com a nossa realidade.

Por último, senhor presidente, tem um veto ao projeto de lei do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do ensino religioso na rede pública de ensino.

Também é um veto desnecessário; é uma autorização ao Governo do Estado. Quero pedir aos deputados, vamos derrubar os vetos do governador Jaime Lerner, porque nenhum deles mexe com o dinheiro, com recursos financeiro e não é nenhum problema derrubar esses vetos e tornar esses projetos, lei no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, quero fazer uma rápida defesa e agradecer já de antemão o deputado Nereu Moura, por ter chamado atenção aqui ao projeto que é de minha iniciativa nesta Casa, mas a idéia vem de um município no Paraná, São Miguel do Iguacu, aonde, inclusive, na ocasião, o deputado Eli Ghellere era o vice-prefeito do município, quando esse projeto teve uma semente, que era pagar a água e a luz para as famílias que mantivessem seus filhos na escola.

Seria um convênio com a Copel, Sanepar, que são as empresas do Paraná, não tem custo nenhum para elas.

Ao contrário do que vejo na justificativa aqui, confundiram o projeto. Não leram o Projeto.

A Copel disse que não pode pagar porque...

Ele não vai pagar nada! O projeto não diz que a Copel vai pagar.

(Lê o Projeto)

O Governo do Estado do Paraná com a prefeitura do município, cada um paga a metade da água e da luz, a Copel faz convênio para emitir a fatura para o Estado ou para o município. Só para a emissão da fatura. As famílias não podem consumir determinado valor, temos uma segurança dos bens básicos para a saúde, que é a energia elétrica e a água, e os filhos, até 14 anos, na idade da

escola gratuita e obrigatória, seriam amparados pela legislação. Não só porque garante a frequência na escola; garante também a segurança dos bens básicos de saúde e segurança, que é energia elétrica e água. Portanto, é um absurdo a justificativa do veto.

Quero conclamar aos senhores deputados que votem não a esse veto. E da mesma forma, fazendo defesa ao projeto do deputado Cesar Seleme, no sentido de que um traje de honra, ninguém é obrigado a usá-lo. Eu havia, inclusive, interpretado de forma diferente. O próprio deputado me explicou, um traje de honra reflete a uma cultura brasileira das mais proeminentes, que é a cultura gaúcha. E o traje de honra é muito usado em vastas regiões do Paraná, Sudoeste, Oeste e também no Norte do Paraná, onde tem CTG's. É uma forma de homenagearmos um detalhe da cultura brasileira, que o Paraná acolheu essa cultura gaúcha com muita honra e muito progresso.

Eu, que sou filho de pai gaúcho e mãe paranaense, meu voto é um dos mais libertos para votar não a este veto do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

40 senhores deputados responderam à chamada para votação.

Solicito aos senhores deputados Cleiton Kielse, Geraldo Cartário e Nereu Moura, para a contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Senhor presidente, vinte a vinte.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vinte senhores deputados votaram "Sim".

Vinte senhores deputado votaram "Não".

Estão mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.